

QUESITOS PARA SEREM RESPONDIDO PELO PERITO

a) Se a etiologia ou origem causal das lesões existentes na pessoa do autor é compatível com acidente com veículo automotor de via terrestre?

b) Quais as lesões ou disfunções ocorridas?

c) Nos termos do art. 3º, *caput*¹, da Lei nº 6.194/1974, se há **invalidez permanente**, isto é, **dano(s) anatômico e/ou funcional definitivo(s) (sequelas), não passível(is) de reversão terapêutica**, descrevendo-o(s) então detalhadamente;

d) Qual(is) o(s) segmento(s) corporal(s) atingidos? Percentual em desfavor do órgão vinculado?

e) Nos termos do art. 3º, § 1º², da Lei nº 6.194/1974, incluído pela Lei nº 11.945/2009, bem como da respectiva tabela anexa que acompanha esta lei, se a **invalidez permanente foi total** (repercussão na íntegra do patrimônio físico e/ou mental) ou **parcial** (repercussões em partes de membros superiores e inferiores);

f) Em caso de invalidez total, **quais os segmentos corporais atingidos, nos termos da referida tabela anexa?**

g) De acordo com o art. 3º, § 1º, incisos I e II ³, da Lei nº 6.194/1974, **em caso de invalidez parcial**, se ocorreu **invalidez parcial completa, atingindo de forma completa** todo um segmento corporal (ou mais de um), ou **invalidez parcial incompleta**, atingindo de forma **incompleta**, descrevendo-o(s) então detalhadamente;

h) De acordo com esse citado inciso II, da Lei nº 6.194/1974, bem como da respectiva tabela anexa, **em caso de invalidez parcial incompleta**, se a **repercussão da lesão na anatomia e/ou funcionalidade do segmento corporal foi intensa (75%), média (50%), leve (25%) ou residual (10%)**;

i) Finalmente, **se, eventualmente, a lesão segmentar foi de tal monta que atingiu a funcionalidade de todo o respectivo membro** (Ex: Invalidez permanente em *ombro* comprometedora da funcionalidade de todo o *membro superior*; Invalidez permanente em *joelho* ou *tornozelo* comprometedora da funcionalidade de todo o *membro inferior*, etc.).



**MINISTÉRIO DO TRABALHO
E EMPREGO**

CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

PIS/PASEP 124.96294.07-9

NÚMERO 6251901 SÉRIE 0030 UF RN

Antonio Junio da Silva

ASSINATURA DO TITULAR

CASA DA MOEDA DO BRASIL

03

POLEGAR DIREITO

QUALIFICAÇÃO CIVIL - BRASILEIRO

ANTONIO JUNIO DA SILVA

FILIAÇÃO.....: ANTONIO FILHO DA SILVA
NEUMA MATIAS DA SILVA

NASCIMENTO.....: 01/11/1976 SEXO: MASCULINO

ESTADO CIVIL.....: SOLTEIRO

NATURALIDADE: MOSSORÓ - RN

DOCUMENTO.....: R.G. 1627793 SSP RN 10/07/1995

LEI Nº 9.049, DE 18 DE MAIO DE 1995

CPF.....: 025.523.384-10 CNH.....:

TIT. ELEITOR: SEÇÃO: ZONA:

LOCAL/DATA DE EMISSÃO: GRTE/RN - 30/05/2011

[Assinatura]

ASSINATURA DO EMISSOR



CONTRATO DE TRABALHO 10731217/0001-25

EMPREGADOR: FRUTA VIDA PRODUÇÃO
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CGC/CNPJ: ROD. BR 304 KM 13
ENDEREÇO: ZONA RURAL
MUNICÍPIO: CEP. 59.600-970
ESP. DE ESTABELECIMENTO: MOSSORÓ - RN
CARGO: trabalhador rural
CBO Nº: 6225-10

DATA DE ADMISSÃO: 26 DE junho DE 2017
REGISTRO Nº: 1059 FLS. / FICHA: L. 22 F. 45
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA: R\$ 949,00 (Novecentos e quarenta e nove reais) p/mês
FRUTA VIDA
1ª: João Manoel Lopez Lima
Sócio Administrador
DATA DE SAÍDA: 26 DE junho DE 2018
FRUTA VIDA
1ª: Ana Zelandeira Reis
Contadora

COM. DISPENSA CD Nº:

FGTS Nº DA CONTA:

12

CONTRATO DE TRABALHO 10731217/0001-25

EMPREGADOR: FRUTA VIDA PRODUÇÃO
IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO LTDA
CGC/CNPJ: RODOVIA BR 304, KM 13
ENDEREÇO: ZONA RURAL
MUNICÍPIO: CEP. 59.600-970
ESP. DE ESTABELECIMENTO: MOSSORÓ - RN
CARGO: Trabalhador Agrícola na Fruticultura
CBO Nº: 6225-10

DATA DE ADMISSÃO: 01 DE julho DE 2019
REGISTRO Nº: 1344 FLS. / FICHA: L. 28 F. 32
REMUNERAÇÃO ESPECIFICADA: 1.030,00 (Um mil e dez reais) p/mês
FRUTA VIDA
1ª: Janilson Kleber Menezes Mota
Engenheiro Agrônomo

DATA DE SAÍDA: DE DE
1ª: 2ª:

COM. DISPENSA CD Nº:

FGTS Nº DA CONTA:

13



**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS
COM CLAUSULA "AD EXITUM"**

Pelo presente instrumento de contrato, firmado entre as partes de um lado, doravante identificado como contratante Antonio Junio da Silva, brasileiro(a) casado, agricultor, portador do CPF: 025.523.384 10, residente na Rua: Sítio Anísio, 55, Bairro: Alagoinha, cidade Mossoró, com os advogados: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada; WAMBERTO HALBINO SALES, brasileiro, casado, advogado, ambos podendo serem citados na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986, Aeroporto, em Mossoró - RN, doravante identificados como contratados, a prestação dos seguintes serviços profissionais:

- 1- A parte contratante celebra com os contratados, a prestação de serviços advocatícios, com objetivo de ajuizar ação própria junto a Comarca de Mossoró -RN, tendo como parte demandada, a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A;
 - 2- A parte contratante, não pagará qualquer valor aos contratados de imediato, sendo que, ao final na lide, ocorrendo procedência caberá, a parte contratante, pagar aos contratados o valor correspondente a 30% (trinta por cento), sob o valor da condenação, independente da verba sucumbencial a ser arbitrada pelo Juízo da causa;
 - 3- Em caso de insucesso da demanda, a parte contratante não desembolsará quaisquer valores aos contratados, o risco será arcado pelos advogados contratados, independente do ônus de deslocamentos, alimentação, contratação de outros advogados, dentre outras despesas até a entrega final da pretensão requerida, sendo que, o presente firma-se na cláusula "ad exitum";
 - 4- Em caso de desistência da demanda, ou, revogação dos poderes em favor de outros outorgados, deverá a parte contratante, pagar aos contratados, o valor correspondente a 30% (TRINTA POR CENTO) sob o valor da causa;
 - 5- Nos termos do art. 22, § 4º da Lei nº 8.906, de 04 de julho de 1994, caberá a parte contratada, requerer a expedição do competente alvará judicial, em separado ao da parte contratante, ao fim da lide..
- Elegem as partes, para dirimir quaisquer dúvidas, e execução inclusive o presente, a comarca de Mossoró - Rio Grande do Norte.
- Nada mais a constar vai o presente devidamente assinado para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 03/09/2020.

Contratante: Antonio Junio da Silva

Contratado: KM Nascimento
OAB/7469

Testemunhas: _____

CPF nº _____

Testemunhas: _____

CPF nº _____



PROCURAÇÃO "AD JUDICIA"

Outorgante: Antonio Junio da Silva, brasileiro(a)-
casado, agricultor, portador do RG nº 001.627.793, e do
CPF nº 025.523.384 10, residente na
RUA: Sítio Iriseo 55, BAIRRO:
Magalhães, cidade Mossoró - Rio Grande
do Norte, nomeia e outorga poderes a Outorgada: KELLY MARIA MEDEIROS
DO NASCIMENTO, brasileira, casada, advogada, portadora da OAB/RN
7.469, podendo ser intimada na Rua Antonio Vieira de Sá nº 986,
Mossoró-RN, ao qual confere amplos e gerais poderes para o foro em
geral com a cláusula "ad Judicia", para ajuizar ação de cobrança na
Comarca Mossoró -RN, podendo a outorgada, confessar,
assinar, desistir, propor acordo, receber intimações, dar
quitação, transigir, apresentar réplica, oposições, firmar acordo,
receber e levantar ALVARA JUDICIAL, decorrente da presente ação,
apresentar recurso e contra razões, junto bem como, substabelecer
esta com ou sem reservas de poderes, podendo levantar alvará
judicial, acompanhar todo processo até o final do julgamento,
representado ainda os interesses do outorgante, podendo ajuizar
apelação, ou, qualquer outro remédio jurídico competente, junto ao
Egrégio Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, para garantir o
direito do outorgante, e finalmente, praticar todos os atos
necessários ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Mossoró - Rio Grande do Norte, em 15 / 09 / 2020.

Outorgante: Antonio Junio da Silva.

- Isento de reconhecimento de Firma, em face de Lei nº 8.952, de 13/12/1994, que dá nova redação ao art. 38 do CPC.



TERMO DE DECLARAÇÃO DE POBREZA

Antonio Junio da Silva brasileiro.(a), casado (a),
Agricultor, portador do CPF n. 025.523.384 - 10, podendo ser
intimado (a) no (a) Rua Rua Sítio Anico n. 55, Bairro -
Alagoinha, Mossoró -RN. Declara nos termos da Lei n.
1.060/50, que é pobre na forma da Lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as
despesas processuais na Ação de Cobrança c/c reparação de danos, na Comarca de
Mossoró -RN. Afirma ainda ser conhecedor das sanções penais, caso a presente não
retrate a verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

Mossoró -RN em 23 / 09 /2020.

Declarante: Antonio Junio da Silva

1ª Testemunha: Jackson de Melo Azevedo

CPF nº 130.348.724 - 10

Residente- 2ª Zona Rural de Mossoró - Sítio Anico: N° 55

2ª Testemunha: Maria de Lourdes de Melo

CPF nº 057 99122488

Residente- 2ª Zona Rural de Mossoró - Sítio Anico N° 55

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



DECLARAÇÃO DE ISENTO DO IMPOSTO DE RENDA

FIRMADA NA LEI Nº 7.115/83.

Antonio Junio da Silva brasileiro.(a), Casado (a),
Agricultor, portador do CPF n. 025.523.384 - 10, podendo ser
intimado (a) no (a) Rua Setio Anico n. 55, Bairro -
Alagoinha, Mossoro -RN. DECLARA, sob as penas da
lei que é isento de declarar imposto de renda, não dispõe de qualquer meio financeira
que lhe possibilite pagar custas e demais emolumentos judiciais. Firma a presente
declaração nos termos- conforme previsto na Lei 7.115/83. Estou ciente das sanções
administrativas, penais e cíveis, nos termos do art. 299 do CPB. Nada mais a constar
lavro o presente para que surtam seus jurídicos e legais efeitos.

Mossoro -RN, em 3 / 09 / 2020.

Declarante: Antonio Junio da Silva

CP - Decreto Lei nº 2.848 de 07 de Dezembro de 1940

Art. 299 - Omitir, em documento público ou particular, declaração que dele devia constar, ou nele inserir ou fazer inserir declaração falsa ou diversa da que devia ser escrita, com o fim de prejudicar direito, criar obrigação ou alterar a verdade sobre fato juridicamente relevante:

Pena - reclusão, de um a cinco anos, e multa, se o documento é público, e reclusão de um a três anos, e multa, de quinhentos mil réis a cinco contos de réis, se o documento é particular.

Parágrafo único - Se o agente é funcionário público, e comete o crime prevalecendo-se do cargo, ou se a falsificação ou alteração é de assentamento de registro civil, aumenta-se a pena de sexta parte.

Falso reconhecimento de firma ou letra.



DAI - Declaração Anual de Isento

Por Assessoria de Comunicação
Social — publicado 26/02/2016 10h54, última
modificação 28/06/2019 10h29

Informamos que a Declaração Anual de Isento (DAI) da Secretaria da Receita Federal do Brasil foi instituída com o objetivo de manter atualizado o Cadastro de Pessoas Físicas (CPF).

Com a edição da Instrução Normativa RFB nº 864/2008, de 25 de julho de 2008, deixou de existir a Declaração Anual de Isento, a partir do ano de 2008.

A isenção poderá ser comprovada mediante declaração escrita e assinada pelo próprio interessado, conforme previsto na Lei 7.115/83.

Ciente: x *Antonio Junio do Silva*



*Presidência da República
Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos*

LEI Nº 7.115, DE 29 DE AGOSTO DE 1983.

Dispõe sobre prova documental nos casos que indica e da outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. . 1º - A declaração destinada a fazer prova de vida, residência, pobreza, dependência econômica, homonímia ou bons antecedentes, quando firmada pelo próprio interessado ou por procurador bastante, e sob as penas da Lei, presume-se verdadeira.

Parágrafo único - O dispositivo neste artigo não se aplica para fins de prova em processo penal.

Art. . 2º - Se comprovadamente falsa a declaração, sujeitar-se-á o declarante às sanções civis, administrativas e criminais previstas na legislação aplicável.

Art. . 3º - A declaração mencionará expressamente a responsabilidade do declarante.

Art. . 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. . 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, em 29 de agosto de 1983; 162º da Independência e 95º da República.

JOÃO FIGUEIREDO
Ibrahim Arbi-Ackel
Hélio Beltrão

Este texto não substitui o publicado no DOU de 30.8.1983.

Ciente: *Antônio Luís da Silva*



Tarifa Social de Energia Elétrica: Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02



NOTA FISCAL FATURA - CONTA DE ENERGIA ELÉTRICA

Companhia Energética do Rio Grande do Norte
Rua Memoz, 150, Baldo, Natal - RN, CEP 59025-250
CNPJ 08.324.196/0001-81 | Insc. Est. 20055199-0 | www.cosern.com.br

DADOS DO CLIENTE
ANTONIO JUNIO DA SILVA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
SI ARISCO 55 SN

CPF: 025.523.384-10 NIS: 12496294079

ALAGUINHA/ÁREA RURAL
MOSSORÓ RN
59600-001

CLASSIFICAÇÃO
B1 - RESIDENCIAL
BAIXA RENDA COM NIS
Monofásico

CONTA CONTRATO Nº 0690777010 MÊS 08/2020
DATA DE VENCIMENTO 01/09/2020 18/09/2020
TOTAL A PAGAR (R\$) 87,83

Nº DA NOTA FISCAL	USUÁRIO	PERÍODO
046947104	UNICA	19/08/2020
CLASSIFICAÇÃO	Nº DO CLIENTE	Nº DO CONTRATO
19/08/2020	3000520604	591912

DESCRIÇÃO DA NOTA FISCAL

	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo-TUSD até 30 kWh	30,0000000	0,11459039	3,43
Consumo-TUSD superior a 30 até 100 kWh	70,0000000	0,19844095	13,76
Consumo-TUSD superior a 100 até 220 kWh	69,0000000	0,28468098	20,03
Consumo-TE até 30 kWh	30,0000000	0,11244105	3,37
Consumo-TE superior a 30 até 100 kWh	70,0000000	0,19275608	13,49
Consumo-TE superior a 100 até 220 kWh	68,0000000	0,26913414	18,68
Contrib. Ilum. Pública Municipal			8,64
ICMS-Parcela Subvencionada			7,48
Compensação DIC Trimestral 02/20			-0,01
Compensação DMIC 08/20			-0,01

TOTAL DA FATURA

87,83

DEMONSTRATIVO DE LOMBADO DESTA NOTA FISCAL

Nº DO MEDIDOR	TIPO DA FUNÇÃO	DATA ANTERIOR	DATA ATUAL	Nº DE DIAS	CONSTANTE	AJUSTE	CONSUMO (kWh)
1053999	CAT	20-07-2020	19-08-2020	30	1,00000		158,00

PERÍODO DE MÊS		BASE DE CÁLCULO		VALOR DO IMPOSTO		COMPOSIÇÃO DO CONSUMO	
MÊS	VALOR	ICMS	%	VALOR	%	Descrição	Valor
AGO 20	168	73,73	18,00	13,27	7,93%	Geração de Energia	R\$ 25,53
JUL 20	166	73,73	1,24	0,91	0,55%	Transmissão	R\$ 2,90
JUN 20	169	73,73	5,69	4,19	2,65%	Distribuição (Cosern)	R\$ 19,99
MAR 20	177					Perdas de Energia	R\$ 4,35
ABR 20	184					Encargos Setoriais	R\$ 0,80
MAR 20	156					Tributos	R\$ 16,37
FEV 20	135					Total	R\$ 73,73
JAN 20	153						
DEZ 19	144						
NOV 19	147						
OUT 19	132						
SET 19	125						
AGO 19	139						

E004 3379 C1EA 1B74 0F14 542D 7FC4 724C

RECOMENDAÇÕES IMPORTANTES

Pague no ponto mais perto de você ou em qualquer outro ponto autorizado para isso. Não aceite a entrega de mercadorias sem a Nota Fiscal. No dia da entrega, confira se a mercadoria está correta e se a Nota Fiscal está correta. Se não estiver, não aceite a entrega. Se estiver, assine a Nota Fiscal e a mercadoria. Se não estiver, não aceite a entrega. Se estiver, assine a Nota Fiscal e a mercadoria. Se não estiver, não aceite a entrega. Se estiver, assine a Nota Fiscal e a mercadoria.

ATENÇÃO! A COSERN INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO

EM ABERTO EM 15/08/2020			EM ABERTO EM 15/08/2020		
Vencido	Debitado	Valor	Vencido	Debitado	Valor
03/09/20	18/09/20	28,01			

Este comunicado NÃO substitui a lista de débitos anteriores e NÃO contém débitos em discussão judicial. Caso a suspensão do fornecimento ocorrer por falta de pagamento, o cliente poderá solicitar a suspensão do fornecimento de energia elétrica, desde que não haja débitos em aberto. O cliente poderá solicitar a suspensão do fornecimento de energia elétrica, desde que não haja débitos em aberto. O cliente poderá solicitar a suspensão do fornecimento de energia elétrica, desde que não haja débitos em aberto.

TENSÃO DE ABASTECIMENTO				TENSÃO DE ABASTECIMENTO	
CONJUNTO	VALOR	LIMITE MENSAL	LIMITE TRIMESTRAL	LIMITE ANUAL	TENSÃO NOMINAL (V)
CBT	19,01	10,44	20,89	41,76	220
FIC	2,00	7,52	15,04	30,09	
DBSC	15,55	5,59	0,00	0,00	

Limite DUTRI: 15,55 EUSD - Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição: R\$ 27,34

CONTA CONTRATO Nº 0690777010 MÊS 08/2020 DATA DE VENCIMENTO 01/09/2020 TOTAL A PAGAR (R\$) 87,83

BANCO DO BRASIL S/A PAGÁVEL EM QUALQUER REDE BANCÁRIA



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 08/01/2021 10:52:30


https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2101081052307000000061525786

Número do documento: 2101081052307000000061525786


CARTeira DE IDENTIDADE

ASSINATURA DO TITULAR

Antonio Junio da Silva



POLEGAR DIREITO



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DA DEFESA SOCIAL
INSTITUTO DE IDENTIFICAÇÃO
RIO GRANDE DO NORTE
REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO GERAL 001.627.793 DATA DE EXPEDIÇÃO 12/12/2016

NOME ANTONIO JUNIO DA SILVA

FILIAÇÃO ANTONIO FILHO DA SILVA NEUMA MATIAS DA SILVA

NATURALIDADE MOSSORO RN DATA DE NASCIMENTO 01/11/1976

DOC. ORIGEM CERT. DE NASCIMENTO L-A-92, P-206 RG-10522 MOSSORO RN-2 CARTÓRIO

CPF 025.523.384-10

Josebias Ferreira do N. *Suplente*
Diretor de Identificação - ITEP/RN

LEI Nº 7.116 DE 29/08/83

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Receita Federal
Cadastro de Pessoas Físicas

COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO

Número
025.523.384-10

Nome
ANTONIO JUNIO DA SILVA

Nascimento
01/11/1976

VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

CAIXA
POUPANÇA

5067 2253 0605 2509
VALIDO ATE 10/24

ANTONIO JUNIO DA SILVA
3064 013 00033511-7

elo





**SAMU
MOSSORÓ
192**

**Prefeitura Municipal de Mossoró
Secretaria Municipal da Saúde
SAMU MOSSORÓ 192**

DECLARAÇÃO DE OCORRÊNCIA REGISTRO Nº 298

Mossoró 09 de Outubro de 2020

Declaramos para os devidos fins que se fizerem necessários que o usuário: **ANTONIO JUNIO DA SILVA, 43 anos.**

Natureza da Ocorrência: Transferência após Queda de Moto.

Data da Ocorrência: 03/09/2020

Local da ocorrência: UPA SANTO ANTONIO

Viatura: BRAVO – Unidade de Suporte Básico de Vida - 03

Hora do Chamado: 13h 37min.

Procedimento no Local: Na cena, vítima apresentando TCE, foi submetida a imobilização (prancha, colar, coxim e tirantes), e foi encaminhada para a Unidade de Saúde (HRTM), conforme regulação médica do **SAMU 192 Mossoró.**

Informamos ainda que o solicitante deste documento foi: **Antônio Junio da Silva, 43 anos, portador de RG: 001.627.793.**

Estamos à disposição para mais informações.

SILVANIA DO MONTE SANTIAGO
DIRETORA ADM / SAMU
MAT. 58682-1

Silvania do Monte Santiago
Matrícula 58682-1
Diretora Administrativa do **SAMU/Mossoró**

Dr. Dixon F. Medeiros Lima
Diretor / SAMU
Mat. 405418-2
CRM/RN 5997

Dixon Fradik Medeiros Lima
Matrícula 405418-4
Diretor Geral do **SAMU/ Mossoró**

SAMU – Mossoró
Rua: Seis de Janeiro, 509 – Santo Antonio – CEP: 59611-070 – Mossoró - RN
Tel / FAX: (0xx-84)3315-4915
e-mail: samumossoro@hotmail.com





SESAP/RN - HOSPITAL REG. TÁRCISIO DE VASCONCELOS MAIA

BOLETIM DE ATENDIMENTO Nº 14818 /2020

Admissão: 03/09/2020 13:31:54

OK

CIRURGIA GERAL - AMARELO

Paciente: 23151 - ANTONIO JUNIO DA SILVA (43 a 10 m 2 d)

Nascimento: 01/11/1976

Natural: MOSSORO.BRASIL

Sexo: M Cor: PARDA

CNS: 700003736724106

CPF: 02552338410

Prof:

Mãe: NEUMA MATIAS DA SILVA

Pai: ANTONIO FILHO DA SILVA

Logradouro: SITIO ARRISCO, 10

CEP: 59649899

Bairro: ÁREA RURAL DE MOSSORO

Cidade: MOSSORO

Telefone: 84.94025942

Compl:

Motivo (alegado pelo paciente): QUEDA - MOTO

Tipo: REGULADO

Origem: SAMU RN

*Empresa:

OBS:

Classificação:

PESO:

HORA	P.A.	HGT	SatO2	FIO2	F.R.	F.C. / Pulso	TEMP.	Glasgow	RTS
	140 80		97		20	77			

HISTÓRIA - EXAME FÍSICO

Queixas: queda de moto com tce, cervicalgia, cefaleia. SAMU

Dt e Hora: _____

queda de moto e perda de consciência
há 3,5 h. ex neuro: bem, ris, simétrico,
reflexos normais com tônus muscular
te cranio: não (si testes intracraniais)
porém a fratura do seio maxilar e
arbo zigomático de a coluna cerv: não
vire →

Diagn. Inicial:

Assin:

PRESCRIÇÃO:

VIA

HORÁRIO

ASSINT.

1) Avaliação BMT
2) parecer ortop

1) dieta zero ali 2º ordem, após, por ser 10 ali dieta zero.
2) SFO 97 1500 ml EV 24h 600+500+500
3) Ceftriaxona 4g + SFO 97 EV 12/12h 600 040
4) Tenoxicam 40 + 400 EV 12/12h 600 040
5) Dipirona 500 + 1800 400 EV 6/6h 600 22-04
6) Dipirona 500 + 400 EV 12/12h 06
7) doravac mosculina

Dr. Adriano Albuquerque
Cirurgião Geral - MOSSORO - RN
CRM 105233

*SAÍDA: () Decisão médica () Transferido () Evasão () Óbito () Interna: (Preencher CID, PROC)

CID 502.8 Proc. 14818/2020

Data: 03/09/2020 Hr: _____

Médico: _____

Adeilson Rocha Neto
Cirurgião Geral - Mossoro - RN
(Assinar e Carimbar)

*Gerado via SX por JUREIDE DE BRITO ALMEIDA. Impresso em 03 de Setembro de 2020.

HOSPITAL REGIONAL TÁRCISIO MAIA

STÁ CONFORME O ORIGINAL

MOSSORO 03/09/2020

SAME / ARQUIVO



Assinado eletronicamente por: KELLY MARIA MEDEIROS DO NASCIMENTO - 08/01/2021 10:52:32

https://pje1g.tjrn.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21010810523154000000061525789

Número do documento: 21010810523154000000061525789

Num. 64206443 - Pág. 2

em: Alta por y orientações.
Aos médicos da BMT
soluções para ortop.

#BMT 03/03/2020 15:45h

1º vítima de trauma perf, após blefatura
trauma direto, epistaxe na, captação de lesões
enfuma peribulário.

TC em face frontal fratura de C2 @ com
indicação operatória.

- Solicito Exame complementar.
- Ao Reparo muscular (Observação).

11/03/2020

Of. 15m.

Registrar como de chiado de torção e dor
de dor, com que se refere no momento.

no exame: presença de lesão de fratura e lesão
destrutiva com fr.

o. Cito de exame.

Dr. Raphael Machado Gonçalves
Ortopedia e Traumatologia
CRM/RN 6320

HOSPITAL REGIONAL TARCISIO
ESTÁ CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSSORÓ 10/03/2020
B.M.O.
SAME / ARQUIVO



PREFEITURA MUNICIPAL DE MOSSORÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE

RECEITUÁRIO

Pl Antonio Junio da Silva

A neurocirurgia do HRTM

Paciente, 43 anos, vítima de acidente de moto há ± 1 hora, apresentando epistaxe, cefaleia intensa, vertigem, sonolência e discurso desorientado, necessitando de avaliação da neurocirurgia.

PA = 100 x 80 mmHg

Fc = 76 bpm

SaO₂ = 98% em ar ambiente

E.C.G = 14 pontos

HGT = 131 mg/dL

Data: 03/09/2020

Dr. Maria Mônica Batista
MÉDICA
CRM-RN 9188

Assinatura e Carimbo

Rua Pedro Alves Cabral, 01 - Aeroporto - Fone: (84) 3315-4830 - Mossoró - RN

* Regulado al Dr. Stelcim (NEURO CIRURGIÃO)

HOSPITAL REGIONAL TARCÍSIO MAIA
LISTA CONFORME O ORIGINAL
SAME MOSSORÓ 10/09/2020

SAME / ARQUIVO





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN

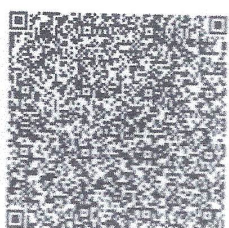
gov.br

DETRAN - RN

90561030934

CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO - ELETRÔNICO

CÓDIGO RENAVAM
00770672787



Valide este QRCode com app Vito

PLACA
MYM8969

EXERCÍCIO
2020

ANO FABRICAÇÃO
2001

ANO MODELO
2002

ESPÉCIE / TIPO
PASSAGEIRO MOTOCICLETA

MARCA / MODELO / VERSÃO
HONDA/CG 125 TITAN KS

PLACA ANTERIOR / UF
MYM8969/RN

CHASSI
9C2JC30102R100986

COR PREDOMINANTE
VERMELHA

COMBUSTÍVEL
GASOLINA

CATEGORIA

PARTICULAR

CAPACIDADE

*, *

POTÊNCIA/CILINDRADA

0CV/124

PESO BRUTO TOTAL

0.0

MOTOR

JC30E12100986

CMT

*, *

EXOS

*

LOTAÇÃO

02P

CARROCERIA

NÃO APLICAVEL

NOME

ANTONIO JUNIO DA SILVA

CPF / CNPJ

025.523.384-10

LOCAL

MOSSORO RN

DATA

18/08/2020

ASSINADO DIGITALMENTE PELO DETRAN

DADOS DO SEGURO DPVAT

90561030934

CAT. TARIF

*

DATA DE QUITAÇÃO

*

PAGAMENTO

☐ COTA ÚNICA

☐ PARCELADO

REPASSE OBRIGATÓRIO AO
FUNDO NACIONAL DE SAÚDE (R\$)

*

CUSTO DO
BILHETE (R\$)

*

CUSTO EFETIVO
DO SEGURO (R\$)

*

REPASSE OBRIGATÓRIO AO
DEPARTAMENTO NACIONAL DE
TRÂNSITO (R\$)

*

VALOR DO IOF (R\$)

*

VALOR TOTAL A SER PAGO
PELO SEGURADO (R\$)

*





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 30 de Dezembro de 2020

Nº do Pedido do Seguro DPVAT: 3200466151 Vítima: ANTONIO JUNIO DA SILVA

Data do Acidente: 03/09/2020 Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: NECESSIDADE DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

Senhor(a), ANTONIO JUNIO DA SILVA

O(s) documento(s) abaixo não permitiu(ram) o atendimento ao seu pedido do Seguro DPVAT:

Boletim de ocorrência	Apresentar o Registro de Ocorrência Policial, original ou cópia autenticada, emitido por órgão competente para registro de acidente de trânsito com vítima (Polícia Civil, Polícia Militar, Polícia Federal, Polícia Rodoviária Federal e Corpo de Bombeiros Militar), pois não foi entregue.
Documentação médico-hospitalar	Apresentar a cópia simples dos documentos médicos de todo tratamento realizado entre a data da alta médica e a data da identificação da sequela permanente, com a identificação da vítima e do médico responsável, com data, assinatura e CRM legíveis, pois não foram entregues.

O prazo de 30 (trinta) dias para análise do pedido foi interrompido e sua contagem será reiniciada assim que a seguradora receber a documentação complementar solicitada.

Os documentos pendentes podem ser recebidos através do site <https://documentospendentes.seguradoralider.com.br>

Caso a documentação não seja entregue em até 180 (cento e oitenta) dias, contados do recebimento desta carta, o pedido do Seguro DPVAT será cancelado.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01551/01552 - carta_03 - INVALIDEZ

00050776



Carta nº 16448153





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0800199-33.2021.8.20.5106

AUTOR: ANTONIO JUNIO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139,VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente para comparecer ao ato. Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.

Destaco que, por ocasião da pandemia do novo Corona vírus, as perícias ainda estão suspensas, no CEJUSC



Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo, termos em que pretendem cada parte conciliar, ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Tendo em vista a crise sanitária atual, devido a pandemia do novo Corona vírus, a autocomposição, se de interesse, deve ser providenciada através dos autos, independente da realização de audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 18 de janeiro de 2021.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

JUÍZA DE DIREITO

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)



Ciente do despacho cadastrado sob o id 64448269





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

Processo nº: 0800199-33.2021.8.20.5106

AUTOR: ANTONIO JUNIO DA SILVA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15 (quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10 (dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida (CPC, art. 381, II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para realização da perícia, devendo a parte autora ser intimada pessoalmente para comparecer ao ato. Saliente-se que, caso a parte autora não compareça à perícia, NÃO será concedida oportunidade de reaprazamento de perícia por ausência injustificada, culminando assim na preclusão da prova pericial e no consequente julgamento do mérito.

Destaco que, por ocasião da pandemia do novo Corona vírus, as perícias ainda estão suspensas, no CEJUSC



Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 15 (quinze) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo, termos em que pretendem cada parte conciliar, ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Tendo em vista a crise sanitária atual, devido a pandemia do novo Corona vírus, a autocomposição, se de interesse, deve ser providenciada através dos autos, independente da realização de audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz (CPC, art. 178, II), dê-se vista ao Representante do Ministério Público.

Adotadas as supra expostas providências, voltem-nos conclusos.

P. I. Cumpra-se.

Mossoró/RN, 18 de janeiro de 2021.

UEFLA FERNANDA DUARTE FERNANDES

JUÍZA DE DIREITO

(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº11.419/06)

